

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/268078336>

# A “PRÉ-DUALIDADE” E O “FIM DA DUALIDADE BÁSICA” À LUZ DA DE IGNÁCIO RANGEL E ALGUNS DE SEUS INTÉRPRETES

Conference Paper · September 2014

DOI: 10.13140/2.1.1580.7682

CITATIONS

0

READS

385

1 author:



Claudia Heller

São Paulo State University

40 PUBLICATIONS 38 CITATIONS

SEE PROFILE

# A “PRÉ-DUALIDADE” E O “FIM DA DUALIDADE BÁSICA” À LUZ DA DE IGNÁCIO RANGEL E ALGUNS DE SEUS INTÉRPRETES<sup>1</sup>

Claudia Heller  
hellerc@terra.com.br

## 1 - INTRODUÇÃO

É difícil encontrar novos adjetivos para a importância da tese da dualidade básica da economia brasileira como fio condutor da obra de Ignácio Rangel, em que se destacam a interpretação do processo inflacionário no Brasil e da questão agrária, além da defesa do planejamento (ou o papel do Estado na economia).

Por essa razão, raros são os seus intérpretes que não iniciam suas exposições com a apresentação da tese da dualidade básica, pois é em torno dela que se organizam os argumentos das demais contribuições de Rangel. Esse procedimento é inescapável, em particular porque aqui pretendemos oferecer uma tentativa de apresentação sintética e sistematizada das dualidades brasileiras segundo Rangel, procurando atender à observação de Castro (2012), que ao introduzir as *Obras Reunidas* afirma que as posições de Rangel estão desenvolvidas em inúmeros textos, mas não estão expostas de forma sistemática em nenhum deles. A sistematização feita por intérpretes, quando há, costuma levar em conta a evolução do pensamento de Rangel e de sua obra mas, no que se refere ao tema em apreço, está igualmente esparsa e em geral incompleta.

Além dessa sistematização, o texto procura também identificar, inspirado em Rangel e em seus intérpretes, um esquema semelhante ao da dualidade básica para descrever a economia e a sociedade brasileiras no período anterior àqueles que foram examinados por ele (que chamaremos de pré-dualidade), e outro, de mesma natureza, para o que seria o período da quarta dualidade em diante, que se inicia no começo da década de 1970 e marcaria o início do fim da dualidade básica da economia brasileira<sup>2</sup>.

O texto está organizado em cinco seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira explicamos os elementos constitutivos da ideia de dualidade, “... um modo de produção complexo que combina elementos de diferentes modos de produção fundamentais” (Castro, 1995, p. 28) inspirada pelas contribuições cepalinas e pela teoria dos ciclos longos (Rangel, 1990, p. 41). Na segunda apresentamos um esquema sintético e sistematizado das quatro dualidades, procurando dar ênfase à transição de uma para outra. Na terceira e quarta partes tratamos respectivamente da “pré-dualidade” e da “pós-dualidade”, temas menos explorados pela literatura consultada.

<sup>1</sup> Versão preliminar concluída em 15 de setembro de 2014, preparada para o Seminário em História e Metodologia da Economia, FEA-USP, em 22 de setembro de 2014.

<sup>2</sup> Para a biografia de Ignácio Mourão Rangel (1914-1994) indicamos principalmente a entrevista concedida por ele em 1987 e publicada na revista *Geosul* (nº 5 de 1988 e reproduzida no nº 12/13 em 1991/92), o primeiro capítulo de Fernandes (2011), o número especial da revista *Archétyon* (1995), o artigo de Faro e Costa (2003) e os textos incluídos nas coletâneas organizadas por Mamigonian e Rego (1998) e por Holanda, Almada e Paula (2014). Muitos autores fazem referência a um texto de 1963, intitulado “Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel” publicado pelo IPES/UFMA mas ao qual (ainda) não tivemos acesso. Por fim, a título de informação: a *Revista de Economia Política* anuncia em seu site a publicação, prevista para o número de outubro-dezembro de 2014, de três artigos em torno de Ignácio Rangel e sua obra, em homenagem ao centenário do seu nascimento. Ver [http://www.rep.org.br/next\\_issue.asp](http://www.rep.org.br/next_issue.asp). Vários textos de Rangel e sobre Rangel estão acessíveis nas seguintes páginas: <http://ignaciorangel.blogspot.com.br/>, <http://marxismo21.org/ignacio-rangel/> e <http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/79.av>

## 2 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDEIA DE DUALIDADE

O ponto de partida de Rangel para analisar a nossa história é a concepção de que as instituições brasileiras são duais, isto é, têm uma dupla natureza, uma vista “de dentro”, outra vista “de fora”<sup>3</sup>. Essa dupla natureza é complexa pois apresenta, em simultâneo, “aspectos bem definidos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana” (Rangel, 1957, p. 293)<sup>4</sup>. Usando a categoria marxista de “modos de produção”, Rangel identifica combinações de relações de produção heterogêneas que compõem “um só e mesmo modo de produção complexo ou dual” (Rangel, 1978, p. 634), a cada etapa do nosso desenvolvimento – as dualidades.

Isto é assim porque a “nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas vicissitudes” (Rangel, 1957, p. 296). Essa é a razão pela qual nossa evolução não é totalmente autônoma e depende de incentivos – positivos ou negativos – vindos de fora, isto é, do centro dinâmico. Em linhas bem gerais: a economia brasileira é atraída pelo centro dinâmico quando este está em fase ascendente (em que “atração” significa ser “chamada a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho” (Rangel, 1981a, p. 13) e repelida pelo centro dinâmico quando este está na fase descendente (em que “repulsão” significa ser “compelida a buscar, com seus próprios meios, maior medida de autossuficiência ou autarquia”) (Rangel, 1981a, p. 13). Para Rangel, isso não significa que a economia brasileira não tenha dinamismo próprio, mas apenas que a dinâmica de sua evolução “não é produto exclusivo de suas forças internas” (Rangel, 1957, p. 296).

As fases “ascendente” e “descendente” a que se fez referência no parágrafo anterior descrevem as mudanças no comportamento do centro dinâmico, que são cíclicas, “assumem a forma de fluxos e refluxos” (Rangel, 1981a, p. 12) e “condicionam e regulam a amplitude e as condições do nosso comércio exterior” (Rangel, 1981a, p. 12). As flutuações cíclicas mais importantes são as de ciclo longo (Kondratieff, cerca de 50 anos). As flutuações de ciclos mais curtos (Juglar, de 8 a 11 anos) só ganham importância na análise de Rangel a partir da fase em que a economia brasileira tenha alcançado um certo estágio de desenvolvimento, o industrial.<sup>5</sup>

Os modos de produção, que em diferentes combinações, formam as várias dualidades, são os modos de produção clássicos (ou básicos ou ainda fundamentais): o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo

<sup>3</sup> “... nossa peculiaridade por excelência é a dualidade... isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias- o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho, e a nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente” (Rangel, 1957, p. 286).

<sup>4</sup> “Temos o comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, em algumas áreas retrógradas, onde, sob a aparência de dívidas, se compram e vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo, em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas suas etapas: mercantil, industrial e financeiro. Além de tudo isso, o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo.” (Rangel, 1957, p. 293)

<sup>5</sup> Os ciclos longos (de Kondratieff) são determinados pela dinâmica do progresso técnico. De forma bastante simplificada: a fase ascendente corresponde ao surgimento de inovações tecnológicas que geram oportunidades de investimento, emprego e renda, e portanto demanda. Essas inovações tendem a se difundir pelo sistema, com um efeito multiplicador. No entanto, estes efeitos se esgotam, dando origem à fase descendente do ciclo, até que surja uma nova onda de inovações. Os ciclos médios (Juglar) – segundo Rangel – estão associados ao fato de estas inovações não ocorrerem em todos os setores simultaneamente, gerando, alternadamente, excesso ou escassez de capacidade ociosa, que são o fundamento destes ciclos mais curtos.

(e suas variantes: comercial, industrial e financeiro) e o socialismo. Nas palavras de Rangel: “A direção geral do desenvolvimento social do Brasil é ... do comunismo primitivo ao escravismo; deste ao feudalismo; deste ao capitalismo; e, naturalmente, deste ao socialismo.” (Rangel, 1978, p. 634). No entanto, a especificidade do caso brasileiro é que esses modos de produção coexistem – trata-se da “contemporaneidade do não coetâneo”, para usar seu próprio termo (Rangel, 1957, p. 299)<sup>6</sup>.

Na expressão dualidade básica, o termo “básica” refere-se à ideia de que é uma estrutura que se mantém até os dias de hoje. O que se modifica são os elementos constitutivos dessa estrutura e a forma como se combinam. Em outras palavras: a estrutura básica é a formação - genérica - que agrupa quatro modos de produção elementares, distribuídos dois a dois, constituindo os polos interno e externo (e o lado interno e externo de cada polo). Nas palavras de Rangel: “O princípio da dualidade é a combinação de relações de produção heterogêneas para compor um só e mesmo modo de produção complexo ou dual” (Rangel, 1978, p. 634).

Rangel toma o conceito marxista de relações de produção e faz uma distinção entre relações internas e externas, que caracterizam respectivamente o polo interno e o externo. Cada polo, por sua vez, tem dois lados: um interno e outro externo, conforme sejam vistos “de dentro” ou “de fora”.

Seguindo a excelente síntese de Malta (2014b, p. 21): o lado interno do polo interno descreve o modo de produção produção interno, mais arcaico, “visto de dentro”; o lado externo do polo interno representa a organização produtiva interna, menos arcaica, “vista de fora”; o lado interno do polo externo, por sua vez, descreve a forma pela qual o país se relaciona com o exterior, e é mais adiantada; por último, o lado externo do polo externo descreve o modo de produção vigente no centro dinâmico do sistema.<sup>7</sup>

O conhecido exemplo da fazenda de escravos, dado pelo próprio autor, ajuda a esclarecer: “a fazenda de escravos brasileira ... nasceu e cresceu tendo em vista o comércio. Era, ela própria, uma empresa mercantil, dedicada a atender às necessidades do mercado mundial... estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo ... essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. (Rangel, 1957, p. 296). Estes são os polos (interno e externo).

Ao mesmo tempo, a fazenda de escravos é um latifúndio (uma grande propriedade fundiária) escravista. Mas tem também um caráter feudal determinado pelas relações externas (à fazenda), que são relações de suserania-vassalagem entre os senhores de escravos e a Coroa Portuguesa. Daí a expressão “vassalo-fazendeiro-de-escravos” (Rangel, 1981a, p. 9). Na primeira dualidade, essa formação dual (o polo interno tendo por lado interno a escravidão e por lado externo o feudalismo) se relaciona com o mercado, isto é, o polo externo europeu (capitalista), através da Coroa (diretamente ou por concessionários dela), que por sua vez vendia nos mercados europeus o que coletava nas colônias. A Coroa que está representada no polo externo, tem um lado interno que se relaciona com a nossa economia através

---

<sup>6</sup> Em tempo: não discutiremos aqui sua interpretação das categorias marxistas nem sua adequação à história econômica brasileira. O mesmo se aplica ao conceito de dualidade. Para tanto, ver Malta (2014b).

<sup>7</sup> Para um contraponto entre “modo de produção” e “organização produtiva” (entendida como arcabouço jurídico-político, isto é, institucional)- em Rangel - ver Castro (1995). Não faremos essa distinção no presente texto.

do comércio (capitalismo comercial) e com o centro dinâmico que é industrial (capitalismo industrial).

Embora na estrutura econômica convivam quatro modos de produção fundamentais, dois para o polo interno e dois para o polo externo, na estrutura política convivem apenas duas classes dirigentes que se associam num pacto de poder implícito, ou coalizões. As mudanças no pacto político tomam a forma de novas coalizões ou coligações, isto é, também nessa área há novas combinações entre facções da classe dominante a cada etapa histórica (dualidade). O pacto de poder só muda quando mudam os componentes da estrutura econômica. E estes mudam quando “as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes” (Rangel, 1981a, p. 12).

Portanto, tem-se um polo interno (a economia doméstica), com um lado interno escravista e um lado externo feudal. E um polo externo (a Coroa) com um lado interno capitalista mercantil e um lado externo capitalista industrial. O pacto de poder associado a esta estrutura e que a mantém, é formado pela coalizão de dois sócios: o “maior” isto é, o hegemônico (senhores de escravos) e o “menor”, isto é, o subordinado (burguesia mercantil).

Essa estrutura específica da primeira dualidade vigora, aproximadamente, entre 1815 e 1888, isto é, corresponde ao período em que o Brasil deixa de ser institucionalmente uma Colônia (torna-se Reino de Portugal) e vai até a Proclamação da República<sup>8</sup>. Corresponde também à fase “b” do primeiro ciclo longo de Kondratieff, como veremos em seguida.

Os quadros a seguir descrevem as quatro dualidades.

| <b>QUADRO 1 - 1ª DUALIDADE - Substituição “natural” de importações</b><br><b>1815-1870; 1815-1873; 1815-1888; Abertura dos Portos - Independência</b> |              |   |                        |
|---|--------------|---|------------------------|
| Polo interno ou principal   |              | Polo externo ou secundário  |                        |
| Lado interno  | Lado externo | Lado interno  | Lado externo           |
| Escravidismo  | Feudalismo   | Capitalismo mercantil   | Capitalismo industrial |
| Coalizão política   |              |   |                        |
| <b>MAIOR: latifúndio escravista: senhores de escravos com relacionamento feudal com a Coroa</b>   |              | Menor: capital comercial: burguesia comerciante: importadores e exportadores que se relacionam com o capitalismo industrial europeu |                        |

<sup>8</sup> O período anterior – o da “pré-dualidade” – será analisado mais à frente.

| QUADRO 2 - 2ª DUALIDADE - Substituição “mercantil” de importações  |                       |                                     |                        |
|--|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| 1870-1920; 1873-1922; 1888-1922; Abolição - República  |                       |                                     |                        |
| Polo interno ou principal  |                       | Polo externo ou secundário          |                        |
| Lado interno   | Lado externo          | Lado interno                        | Lado externo           |
| Feudalismo   | Capitalismo Mercantil | Capitalismo mercantil               | Capitalismo industrial |
| Coalizão política  |                       |                                     |                        |
| Menor: latifúndio feudal: fazendeiros<br>comerciantes: cafeicultores (dissidência dos<br>senhores de escravos) |                       | <b>MAIOR: burguesia comerciante</b> |                        |

| QUADRO 3 - 3ª DUALIDADE - Substituição “industrial de importações   |                       |  |                        |
|---|-----------------------|--|------------------------|
| 1920-1973; 1922-1973; 1922-1973; Revolução de 30; Estado Novo; Golpe de 64  |                       |  |                        |
| Polo interno ou principal   |                       | Polo externo ou secundário   |                        |
| Lado interno  | Lado externo          | Lado interno   | Lado externo           |
| Feudalismo  | Capitalismo Mercantil | Capitalismo industrial   | Capitalismo financeiro |
| <b>MAIOR: latifúndio feudal: fazendeiros<br/>comerciantes: cafeicultores (dissidência<br/>dos senhores de escravos)</b> |                       | Menor burguesia industrial nascente, dissidência<br>dos comerciantes e pequenos produtores mercantis |                        |

| QUADRO 4 - 4ª DUALIDADE - Substituição “capitalista” (?) de importações (no DI) |                        |  |                        |
|---|------------------------|--|------------------------|
| 1973 -  |                        |  |                        |
| Polo interno ou principal   |                        | Polo externo ou secundário                             |                        |
| Lado interno  | Lado externo           | Lado interno   | Lado externo           |
| Semi-salariado<br>(boias frias)   | Semi-capitalismo rural | Capitalismo industrial                                 | Capitalismo financeiro |
| Coalizão política   |                        |  |                        |
| Menor: capital agrário: nova burguesia rural                                    |                        | <b>MAIOR: capital industrial: burguesia industrial</b> |                        |

FONTE: Elaboração própria a partir de Rangel (1981a). As periodizações referem-se à fase descendente de cada ciclo longo: a primeira é de Bresser-Pereira e Rego (2014), a segunda é a adotada por Castro (1995, p. 30), Castro (2012, p. 24) e por Faria (2000b, p. 42 e p. 45) e a terceira é de Fontes, Martins e Barros (2014, p. 318). Há dois equívocos em Bresser-Pereira e Rego (1993), que os autores corrigiram em 2014<sup>9</sup>.

Em todas as quatro dualidades, as datas evidentemente não são precisas, pois representam processos econômicos, políticos e sociais complexos. O que importa – e é isso que Rangel ressalta – é que cada dualidade forma-se numa fase de recessão de um ciclo longo (a fase “b”) e termina na fase de recessão do ciclo longo seguinte; no processo de mudança alteram-se não apenas os componentes dos modos (duais) de produção, mas também as coalizões políticas representativas de cada

<sup>9</sup> Na nota 4, página 105 do texto de 1993 consta 1870 como data inicial do 1º ciclo longo, o correto é 1770 (corrigido no texto de 2014, nota 54, p. 132). Além disso, no quadro da página 109 do texto de 1993, o lado externo do polo principal (interno) da segunda dualidade está marcado como sendo “capital industrial”, mas o correto é “capital mercantil”.

dualidade. Os ciclos de atividade – que têm influência sobre o comércio internacional da economia doméstica - geram as oportunidades para participar da divisão internacional do trabalho (crescimento das atividades exportadoras) ou a necessidade de substituição das importações (da substituição “natural” na primeira dualidade à do “departamento I” na quarta<sup>10</sup>). Não se trata de uma dinâmica automática ou mecânica, pois pode haver crises de causas endógenas ou exógenas.

Nas palavras de Rangel:

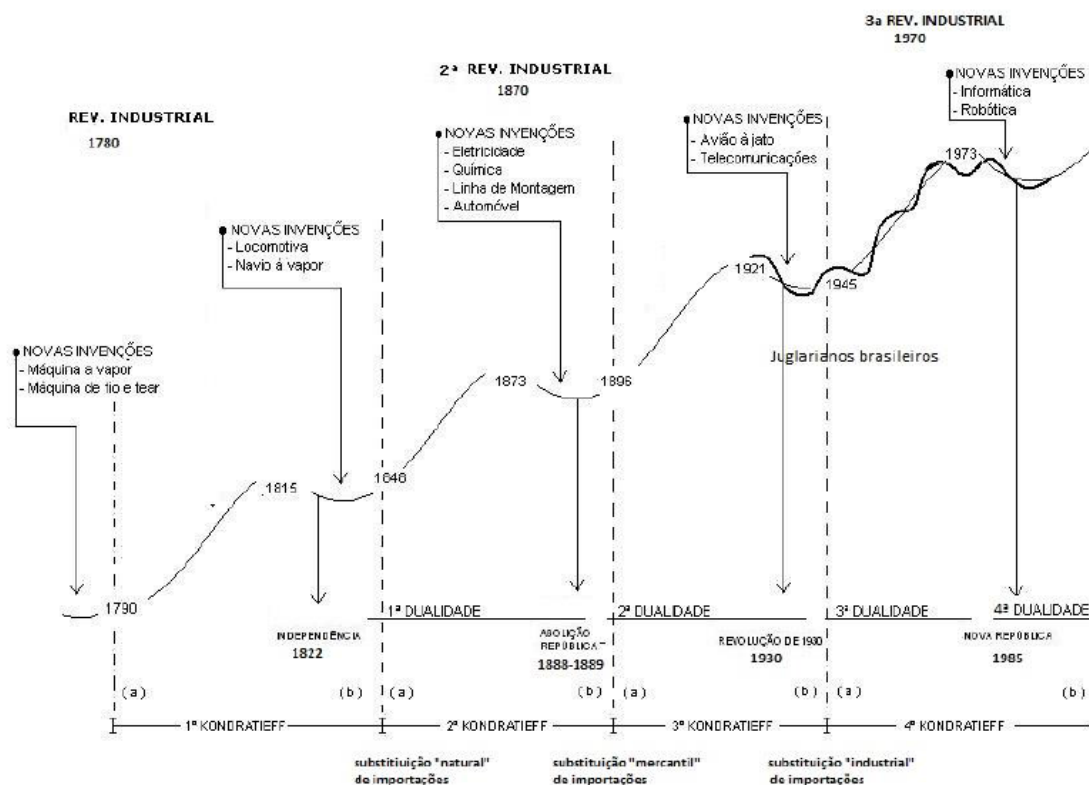
... o estrangulamento da produção pode ocorrer por motivos endógenos ou exógenos. Em dado momento, muito embora o mercado mundial ofereça oportunidade e estímulo ao desenvolvimento da nossa produção e o aparelho existente possa propiciar um comércio muito maior e melhor, podemos entrar em crise pelo fato de estar nossa produção organizada de forma a não permitir essa expansão. Ao contrário, a estrutura interna pode revelar-se capaz de viabilizar e permitir expansão muito maior, mas as relações econômicas externas – quer por causa de deficiência do nosso aparelho comerciante, quer por força de condições insatisfatórias, para nós, no mercado mundial – serem tais que impeça o desenvolvimento ulterior. Nos dois casos, o resultado será sempre o mesmo: uma crise profunda e aguda que não se poderá resolver senão à custa de mudanças estruturais. Mas, um exame pormenorizado se faz mister, porque, se a insuficiência estiver nas relações internas – como na crise que teve seu desfecho na Abolição e na República – a reforma de estrutura terá que se processar necessariamente aí. Inversamente, no caso de residir a insuficiências nas relações externas. (1957, pp. 304-305)

A figura a seguir descreve, em linhas gerais e simplificada, a periodização adotada por Rangel, tanto para o ciclo longo quanto para as dualidades.

---

<sup>10</sup> Outra descrição possível para a quarta dualidade, como se verá adiante, é “substituição da concessão dos serviços públicos a empresas públicas pela concessão a empresas privadas”.

FIGURA 1 – CICLOS DE KONDRATIEFF, JUGLARIANOS BRASILEIROS E DUALIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA SEGUNDO IGNÁCIO RANGEL



FONTE: Adaptado de Mamigonian (1987, p. 71)

As diferentes “economias” que existem em cada dualidade não estão justapostas de forma mecânica. Rangel é muito claro a respeito: “Ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários.” (Rangel, 1957, p. 294). Mais do que isso: “A resultante não é nem um nem outro dos termos em conflito, mas um sistema original, dotado de dinâmica própria. Mudam os termos em conflito – e a história dessa mudança é o que há de específico na história do Brasil – embora o próprio conflito continue” (Rangel, 1957, p. 294).

Assim, a transição de uma dualidade para outra não é aleatória nem automática e o esforço de Rangel é justamente encontrar as “leis” que regem esse processo, que ele denomina “leis da dualidade brasileira”:

1ª lei: Quando se cumprem as pré-condições para a passagem a um estágio superior – basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica -, esta muda, como todas as formações sociais em tais casos, mas o faz apenas por um dos “pólos”, guardando o outro sua estrutura e integrando-se na *nova dualidade*, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento;

2ª lei: Alternadamente, mudam o pólo interno e o externo;



3ª lei: O pólo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo;

4ª lei: Consequentemente, o lado externo do polo em mudança muda-se, também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o lado interno recém-criado;

5ª lei: Como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao quantum e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco. (Rangel, 1981a, p. 12).

Embora não o formule como “lei”, Rangel também sugere uma regra para as alterações do pacto político que acompanham as alterações da estrutura econômica dual. O ponto de partida é a concepção de que o poder político é exercido por uma frente única integrada por duas classes dirigentes, “simultaneamente solidárias e conflitantes ... oriundas dos modos de produção elementares.” (Faria, 2000, p. 43). Dos quatro “lados”, há um que é estrangeiro (o lado externo do polo externo) e portanto não compõe o Estado brasileiro (embora possa influenciá-lo). Dos três lados remanescentes, há um, no polo interno, que é subordinado. Portanto, as coalizões se formam pela classe hegemônica do polo interno e a classe que está representada no lado interno do polo externo. Quando as dualidades mudam, as coligações correspondentes também mudam, assim como a classe hegemônica da coalizão.

As novas coalizões se formam sempre como uma associação – conflitante - entre classes que já estavam no poder, que vão passando da categoria de “sócio menor” (subordinado) a “sócio maior” (hegemônico), pois no Brasil “.... a transição política de um regime para outro não envolve ... a conquista do poder por classes não componentes da coalizão dominante, com a consequente derrubada desta. A transição se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais em ascensão.” (Rangel, 1962, p. 544)<sup>11</sup>. As classes sociais que não participam do poder exercem sua influência de forma indireta “pelo apoio a este ou aquele subgrupo da coalizão dominante.” (Rangel, 1962, p. 554)

De acordo com Faria (2000), participam da mudança no pacto político as duas facções da classe dual, a progressista, que é dissidente, e a conservadora. Não costuma haver resistência por parte da facção conservadora em relação à dissidente pois elas têm origens comuns. A classe do polo que não foi alterado é a que se coliga com a facção dissidente e progressista, de modo que ela “transitará de uma dualidade para outra”, enquanto a classe dissidente e progressista “passa a ser uma formação social nascente, ou seja, outra classe”. (Faria, 2000, p. 44)

---

<sup>11</sup> Segundo Cruz (2008) Rangel costumava dizer que no Brasil os processos sociais ocorriam de forma inversa: a Independência foi feita pela “matriz”, a República pelos monarquistas, a Revolução de 30 (que deu origem à industrialização) pelos latifundiários e provavelmente o socialismo será feito por banqueiros.

### 3 - AS DUALIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA – 1815 a 1973

Cada dualidade nasce numa fase recessiva de um ciclo longo, cuja periodização não é precisa<sup>12</sup> O quadro a seguir descreve as periodizações sugeridas por Rangel (1981b), Mamigonian (1987), Bielschowsky (1988), Castro (1995) e Tolmasquim (1991), comparando-as com a original de Kondratieff (1935)<sup>13</sup>.

| QUADRO 5 - PERIODIZAÇÕES ALTERNATIVAS DAS DUALIDADES e CICLOS LONGOS DE KONDRATIEFF SEGUNDO VÁRIOS AUTORES |                          |                |                   |   |                   |                |
|--|--------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|
|  | KONDRATIEFF (1935)       | RANGEL (1981b) | MAMIGONIAN (1987) | BIELSCHOWSKY (1988)                                 | TOLMASQUIM (1991) | CASTRO (1995)  |
| 1a   | A: 1780-1790 – 1810-1817 | A: 1790-1815   | B: 1811-1848      | B: 1816-1842  | B: 1815-1848      | A+B: 1815-1873 |
|  | B: 1810-1817 – 1844-1851 | B: 1815-1847   |                   |   |                   |                |
| 2a   | A: 1844-1851 – 1870-1875 | A: 1847-1873   | B: 1873-1896      | B: 1874-1896  | A: 1848-1873      | A+B: 1873-1922 |
|  | B: 1870-1875 – 1890-1896 | B: 1873-1896   |                   |   | B: 1873-1896      |                |
| 3a   | A: 1890-1896 – 1914-1920 | A: 1896-1920   | B: 1930-1948      | B: por volta dos anos 20                            | A: 1896-1921      | A+B: 1922-1973 |
|  | B: 1914-1920             | B: 1920-1948   |                   |   | B: 1921-1948      |                |
| 4a   |                          | A: 1948-1973   | B: 1973           | B: inicia-se na fase descendente do 4º ciclo longo: | A: 1948-1973      | A: 1973        |
|  |                          | B: 1973-?-     |                   |   | B: 1973           |                |

FONTE: Elaboração própria.

#### 3.1 - Da 1ª à 2ª dualidade

| 1ª DUALIDADE - Substituição “natural” de importações  |              |   |                        |
|---|--------------|---|------------------------|
| 1815-1870; 1815-1873; 1815-1888; Abertura dos Portos - Independência                            |              |   |                        |
| Polo interno ou principal   |              | Polo externo ou secundário  |                        |
| Lado interno  | Lado externo | Lado interno  | Lado externo           |
| Escravidismo  | Feudalismo   | Capitalismo mercantil   | Capitalismo industrial |
| Coalizão política   |              |   |                        |
| <b>MAIOR: latifúndio escravista: senhores de escravos com relacionamento feudal com a Coroa</b> |              | Menor: capital comercial: burguesia comerciante: importadores e exportadores que se relacionam com o capitalismo industrial europeu |                        |

<sup>12</sup> Aliás, o próprio Kondratieff – como seria de se esperar – não fornece “datas” para o início ou fim de cada ciclo longo, e sim períodos.

<sup>13</sup> Castro argumenta que “as dualidades têm uma relação estável com os ciclos de Kondratieff. São originadas numa passagem da fase A para a fase B de um ciclo e dão lugar a uma outra dualidade, no mesmo ponto do seguinte Kondratieff (Castro, 1995, p. 30).

| 2ª DUALIDADE - Substituição “mercantil” de importações   |                       |                                     |                        |
|--|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| 1870-1920; 1873-1922; 1888-1922; Abolição - República  |                       |                                     |                        |
| Polo interno ou principal  |                       | Polo externo ou secundário          |                        |
| Lado interno   | Lado externo          | Lado interno                        | Lado externo           |
| Feudalismo   | Capitalismo Mercantil | Capitalismo mercantil               | Capitalismo industrial |
| Coalizão política  |                       |                                     |                        |
| Menor: latifúndio feudal: fazendeiros<br>comerciantes: cafeicultores (dissidência dos<br>senhores de escravos) |                       | <b>MAIOR: burguesia comerciante</b> |                        |

A primeira dualidade nasce, segundo Rangel (e de acordo com a 5ª lei), na passagem da fase ascendente para a descendente do primeiro ciclo longo<sup>14</sup> e pode ser datada de “1815, o ano de Waterloo, da estruturação da Santa Aliança, ... e da Carta da Lei, que fundava o Reino do Brasil. O Sete de Setembro (1822) e o Sete de Abril (1831) foram os atos homologatórios de mudanças já de fato efetivadas, iniciadas com a Abertura dos Portos (1808). A sociedade e o Estado brasileiros estavam estruturados e essa estrutura se manteria até os acontecimentos que culminaram, em 1888-1889, com a Abolição-República” (Rangel, 1981a, pp. 18-19).

Ao longo desse período, em função da crise mundial, houve um processo de substituição “natural” de importações no interior das fazendas de escravos, exemplificada pela produção de tecidos destinados ao consumo nas próprias fazendas (Mamigonian, 1987, p. 66). Significa que uma parte da força de trabalho utilizada na agricultura de exportação passou a produzir produtos que antes eram importados, o que representou uma redução da divisão social do trabalho, e portanto, uma redução na produtividade média (Bielschowsky, 1988, p. 258).

Para Rangel, essa formação, que resulta da reação da economia nacional à crise do comércio internacional – como todas as dualidades - “assumiria a forma específica de *diversificação da atividade produtiva, no interior da fazenda de escravos*, vale dizer, nas condições de *economia natural...*” (Rangel, 1981a, p. 21, *itálico no original*). A consequência foi o crescimento da fazenda de escravos e seu distanciamento paulatino da atividade exclusivamente agrícola. A economia nacional como um todo foi se tornando mais autossuficiente, menos dependente do comércio exterior.

Nesse processo, “a fazenda tende a tornar-se *internamente* feudal e *externamente* uma empresa comercial. Politicamente a classe dos *vassalos-senhores* de escravos tende a converter-se na classe *barões-comerciantes* – os latifundiários do período republicano.” (Rangel, 1981a, p. 22, *itálicos no original*).

Essas mudanças ocorrem no polo interno: a massa de mão de obra antes escrava vai se transformando em colonos e agregados (“servos de gleba”); o senhor de escravos se converte em “senhor feudal” no que diz respeito às relações de

<sup>14</sup> A fase ascendente do primeiro ciclo longo, de acordo com Kondratieff, vai do final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XVIII até 1810-17; a fase descendente vai de 1810-17 a 1844-51.

produção internas à fazenda, e de “vassalo” se converte em comerciante no que diz respeito às relações externas à mesma fazenda.

Para Rangel, isso significa que “o capitalismo chegava ... diretamente, à fazenda ... pelo lado externo. E era o ... capitalismo mercantil, primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo.” (Rangel, 1981a, p. 23).

A primeira dualidade chega ao fim com o rompimento do polo interno (escravista-feudalista), o mais antigo, e aquele no qual as contradições internas se acirraram. Esse rompimento caracteriza-se pela conversão do escravismo em feudalismo (mudança do lado interno do polo interno), para a qual eram necessárias duas condições essenciais: o aparecimento de uma massa de mão de obra que não tivesse outra forma de subsistir a não ser trabalhando a terra, e a apropriação de toda a terra cultivável pela “classe dos feudais” (Rangel, 1981a, p. 21). A massa de mão de obra disponível é criada pela proibição do tráfico de escravos e pela abolição; a apropriação de toda a terra cultivável é decorrência da lei de terras.

**De acordo com a 1ª lei, tendo havido mudança no polo interno, o polo externo fica intacto em termos de sua composição (mas passa à segunda dualidade amadurecido e fortalecido) e de acordo com a 2ª lei, na etapa seguinte a mudança será no polo externo. As 3ª e 4ª leis foram respeitadas, já que o modo de produção previamente existente no lado externo do polo interno passou para o lado interno desse mesmo polo, e o lado externo do polo interno assumiu o modo de produção mais avançado, ou seja: o lado interno do polo interno, que era escravista se transforma em feudal e o lado externo do polo interno, que era feudal, se transformou em capitalismo mercantil.**<sup>15</sup>

A mudança no pacto de poder se caracteriza pelo “desdobramento” da classe hegemônica em dois grupos, um que permanece escravista e outro que se torna feudal. O primeiro termina sendo excluído, e a Abolição representa “o ato formal dessa exclusão” (Rangel, 1962, p. 555). O segundo, a classe dos latifundiários feudais, “elemento progressista da classe proprietária extinta” (Bielschowsky, 1988, p. 255) se torna subordinado à nova classe hegemônica formada pela burguesia comerciante que era o “sócio menor” no período anterior.

Nas palavras de Rangel: “A essência dessa mudança estava na exclusão do poder político daqueles grupos de antigos membros da coalizão dominante que não haviam sido capazes de passar à parceria feudal e, portanto, não podiam abandonar o modo escravista de produção, sem se arruinarem. A Abolição foi o ato formal dessa exclusão que mudava a estrutura de uma das classes que compunham a coalizão dominante, mudando implicitamente o regime, levando à ruína os elementos mais retrógrados da antiga classe dominante...” (1962, p. 555).

---

<sup>15</sup> Ver também Guimarães (1994, pp. 70-71) e Faria (2000, pp. 46-47).

## 3.2 - Da 2ª à 3ª dualidade

| <b>2ª DUALIDADE - Substituição “mercantil” de importações</b>  |                       |                                     |                        |
|--|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| 1870-1920; 1873-1922; 1888-1922; Abolição - República  |                       |                                     |                        |
| Polo interno ou principal  |                       | Polo externo ou secundário          |                        |
| Lado interno   | Lado externo          | Lado interno                        | Lado externo           |
| Feudalismo   | Capitalismo Mercantil | Capitalismo mercantil               | Capitalismo industrial |
| Coalizão política  |                       |                                     |                        |
| Menor: latifúndio feudal: fazendeiros comerciantes: cafeicultores (dissidência dos senhores de escravos) |                       | <b>MAIOR: burguesia comerciante</b> |                        |

| <b>3ª DUALIDADE - Substituição “industrial” de importações</b>  |                       |   |                        |
|---|-----------------------|---|------------------------|
| 1920-1973; 1922-1973; 1922-1973; Revolução de 30; Estado Novo; Golpe de 64                                      |                       |   |                        |
| Polo interno ou principal   |                       | Polo externo ou secundário  |                        |
| Lado interno  | Lado externo          | Lado interno  | Lado externo           |
| Feudalismo  | Capitalismo Mercantil | Capitalismo industrial  | Capitalismo financeiro |
| <b>MAIOR: latifúndio feudal: fazendeiros comerciantes: cafeicultores (dissidência dos senhores de escravos)</b> |                       | Menor burguesia industrial nascente, dissidência dos comerciantes e pequenos produtores mercantis |                        |

A segunda dualidade nasce nas condições da fase recessiva do segundo ciclo longo, no início dos anos 70 do século XIX<sup>16</sup>

Ao longo desse período desenvolveram-se nas cidades as atividades artesanais de transformação e a construção civil, o que Rangel chama de “pequena produção de mercadorias” (Rangel, 1981a, p. 25), orientadas e comandadas pelo capitalismo mercantil. Tratava-se da substituição “artesanal-mercantil” de importações para atender necessidades urbanas, cujos exemplos são as oficinas de conserto e os negros de ganho (Mamigonian, 1987, p. 67). Não teria havido alterações na produtividade do sistema, pois a produção mercantil estaria usando recursos liberados – por conta da depressão internacional - da produção para exportação, ou seja, houve um “movimento de recursos entre atividades especializadas” (Bielschowsky, 1988, pp. 258-259).

Paulatinamente, a economia nacional foi se preparando para o processo de substituição “industrial” de importações da dualidade seguinte, pois permitiu a expansão do mercado e a estruturação de uma moeda brasileira, que também eram pré-condições para a industrialização.

Do ponto de vista econômico, o final da fase descendente do segundo ciclo longo associa-se ao surto cafeeiro, “a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio encarnado no polo interno do sistema” (Rangel, 1981a, p. 25) e do ponto de vista político, “a República foi a homologação das mudanças ocorridas [ao longo desse

<sup>16</sup> A fase ascendente do segundo ciclo longo, de acordo com Kondratieff, vai de 1844-51 a 1870-75; a fase descendente vai de 1870-75 a 1890-96. Para Rangel (1981a, p. 24), “...os decênios 80 e 90 estiveram nitidamente abaixo do trend, no tocante ao giro de negócios, e tecnicamente, a ‘fase b’ do 2º Kondratieff começou em princípio dos anos 70”.

período] ... e, em boa parte, identifica-se com a segunda dualidade” (Rangel, 1981a, p. 25). Em termos mundiais, o final do período da segunda dualidade é marcado pela I Guerra Mundial, que se refletiu em uma forte crise comercial cujo efeito foi “induzir um enérgico ... esforço de substituição de importações” (Rangel, 1981a, p. 26) que também preparou a economia nacional para enfrentar a Grande Depressão que ocorreu na fase descendente do ciclo longo subsequente, correspondente à terceira dualidade.

A segunda dualidade termina com mudanças no polo externo, com a substituição do capitalismo mercantil do lado interno do polo externo pelo capitalismo industrial e a substituição do capitalismo industrial no lado interno do polo externo pelo capitalismo financeiro.

**Assim, de acordo com a 2ª lei, tendo havido mudança no polo interno na dualidade anterior, agora é o polo externo que se modifica e de acordo com a 1ª lei, o polo interno não se altera. As 3ª e 4ª leis foram respeitadas, já que o modo de produção previamente existente no lado externo do polo externo (capital industrial) passou para o lado interno desse mesmo polo (no lugar do capital mercantil), e o lado externo do polo externo assumiu o modo de produção mais avançado (capital financeiro).<sup>17</sup>**

A mudança no pacto de poder se caracteriza pela “diferenciação” da burguesia comerciante. Uma parte dela, progressista, passou a dedicar-se à indústria de transformação voltada para o mercado interno, dando origem à “burguesia industrial nascente” que assume o papel de “sócio menor”, isto é, subordinado, na coalizão política da terceira dualidade. A Revolução de 30, segundo Rangel, “foi o ato homologatório desse novo pacto de poder” (Rangel, 1962, p. 557) que expulsa a classe comerciante. A nova aliança é formada pela indústria de transformação substitutiva de importações e os latifundiários feudais que haviam se libertado da escravidão. Disso (e do crescimento da produtividade agrícola que gera excedente de mão de obra a ser absorvida pela indústria, assim como a produção que abastece as cidades) decorreria a expansão dos centros urbanos, a expansão do mercado interno e o nascimento de uma numerosa classe trabalhadora.

### 3.3 - Da 3ª à 4ª dualidade

| <b>3ª DUALIDADE - Substituição "industrial de importações</b>   |                       |   |                        |
|---|-----------------------|---|------------------------|
| 1920-1973; 1922-1973; 1922-1973; Revolução de 30; Estado Novo; Golpe de 64                                      |                       |   |                        |
| Polo interno ou principal   |                       | Polo externo ou secundário  |                        |
| Lado interno  | Lado externo          | Lado interno  | Lado externo           |
| Feudalismo  | Capitalismo Mercantil | Capitalismo industrial  | Capitalismo financeiro |
| <b>MAIOR: latifúndio feudal: fazendeiros comerciantes: cafeicultores (dissidência dos senhores de escravos)</b> |                       | Menor burguesia industrial nascente, dissidência dos comerciantes e pequenos produtores mercantis |                        |

<sup>17</sup> Ver também Guimarães (1994, p. 72) e Faria (2000, pp. 47-49).

| 4ª DUALIDADE - Substituição “capitalista” (?) de importações (no DI) |                        |  |                        |
|--|------------------------|--|------------------------|
| 1973 -   |                        |  |                        |
| Polo interno ou principal  |                        | Polo externo ou secundário                             |                        |
| Lado interno   | Lado externo           | Lado interno   | Lado externo           |
| Semi-salariado (boias frias)   | Semi-capitalismo rural | Capitalismo industrial                                 | Capitalismo financeiro |
| Coalizão política  |                        |  |                        |
| Menor: capital agrário: nova burguesia rural                         |                        | <b>MAIOR: capital industrial: burguesia industrial</b> |                        |

A terceira dualidade nasce entre a primeira e segunda décadas do século XX, na fase descendente do terceiro ciclo longo <sup>18</sup>, a partir das dificuldades da I Guerra Mundial, que se ampliaram com a Grande Depressão e a II Guerra Mundial. Caracteriza-se pela substituição “industrial” de importações, e a partir daí os “Juglarianos brasileiros” ganham importância na explicação do comportamento da economia nacional (Mamigonian, 1987, p. 67). Para Bielschowsky (1988, p. 259), o elemento mais importante é o aumento da divisão social do trabalho e portanto da produtividade, bem como o caráter contínuo e agora irreversível do processo de substituição de importações, que absorve recursos liberados pela crise na agricultura de exportação, incluindo a mão de obra antes ocupada na “economia natural”.

Rangel destaca a criação de um direito trabalhista corporativista, a instituição de reserva de mercado para bens de consumo (e depois para bens de produção), o desenvolvimento do sistema bancário, a organização do mercado de capitais e a reconstrução e expansão dos serviços de utilidade pública. “Feito isso, o Brasil passará a contar, no seu interior, com todos os elementos constitutivos de uma economia capitalista moderna” (Rangel, 1962, p. 558).

O comando do processo de substituição de importações passa a ser exercido pelo capitalismo industrial nascente doméstico, em disputa de mercado com o capitalismo industrial estrangeiro. Essa característica é fundamental e distintiva: “enquanto a substituição de importações da primeira dualidade tomou a forma de diversificação da produção para autoconsumo .... [substituição “natural” de importações] e a da segunda dualidade surgia predominantemente como produção mercantil pré-industrial ou artesanal [substituição “mercantil” de importações], a da terceira assumia predominantemente a forma de industrialização [substituição “industrial” de importações]” (Rangel, 1984, p. 88).

Por isso, segundo Rangel, “o aparecimento do capitalismo industrial do lado interno do polo [externo, substituindo o capitalismo comercial que ocupava esse espaço na dualidade anterior] implicava sua exclusão do lado externo [do polo externo] e, para recompor a dualidade, seria mister sua substituição por outra formação (superior). Assim, o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial cêntrico foi ocupado paulatinamente pelo capitalismo financeiro.” (Rangel, 1981a, p. 27).

<sup>18</sup> A fase ascendente do terceiro ciclo longo, de acordo com Kondratieff, vai de 1890-96 a 1914-20; a fase descendente inicia-se em 1914-20.

Mas, conforme Rangel, o próprio capitalismo financeiro presente no lado externo do polo externo passava por transformação profunda, pois também tinha surgido como uma formação dual, pela união do capital industrial com o capital bancário, sob o predomínio do primeiro. Com o passar do tempo, o capital bancário (financeiro) ganhou autonomia, e seus interesses passaram a nem sempre coincidir com o capital industrial que lhe dera origem, pois podiam coincidir com outros capitais industriais dentro ou fora da metrópole. Uma manifestação clara desse processo, segundo Rangel, são as empresas supranacionais ou multinacionais (Rangel, 1981a, p. 27).

Assim, o desenvolvimento da indústria brasileira durante a terceira dualidade apoiou-se no capital financeiro norte-americano. Segundo Rangel isso se explica pelo fato de o capital financeiro europeu, e principalmente o britânico, não ter se desenvolvido o suficiente, pois tinha ainda por função “organizar o suprimento de matérias-primas e produtos agropecuários para a metrópole e preservar nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos” (Rangel, 1981a, p. 28). Por isso, há uma mudança de hegemonia também no plano externo (a inglesa pela norte-americana).

Na passagem da terceira para a quarta dualidade o polo de transformação é o interno. Desta vez, no entanto, os dois lados se tornam semi-capitalistas (o lado interno deixa de ser feudal e o lado externo deixa de ser mercantil-capitalista). Para Rangel, esse processo de aproximação dos dois polos implica que “a economia e a sociedade se homogeneízam renunciando o *fim do próprio fenômeno da dualidade*” (Rangel, 1981a, p. 33, *itálicos no original*).

Neste processo, o sócio menor da terceira dualidade, a burguesia industrial nascente (que surgiu da dissidência da classe hegemônica da dualidade anterior, a burguesia comerciante da segunda dualidade), torna-se hegemônica na quarta dualidade. A classe hegemônica anterior (o latifúndio feudal) perde a hegemonia porque cindiu-se, tendo aparecido em seu seio uma dissidência, progressista, que Rangel denomina “latifúndio não feudal” ou “burguesia agrícola”, que não se interessa pelo monopólio da terra (Rangel, 1984, p. 87). Outros autores chamam essa classe de “capitalismo agrário” ou “nova burguesia rural”. Essa classe será o sócio menor da quarta dualidade.

Rangel considera outras mudanças: no lado interno haveria um fortalecimento do sistema financeiro doméstico, que terminaria pressionando pela redução do preço da terra, destruindo o poder dos latifundiários; a substituição de importações, por sua vez, passaria a ser dar no DI, isto é, o departamento produtor de bens de capital.

O dinamismo específico desse período está associado ao fato de que a partir da substituição industrial de importações, a economia nacional fica sujeita (para o bem ou para o mal) a um ciclo próprio, o já mencionado Juglariano brasileiro. Segundo Rangel, eles se caracterizam pelo fato de que cada ciclo se concentra num setor específico, que se sucedem numa ordem estabelecida, embora “inversa” à do desenvolvimento do capitalismo no centro dinâmico: “a renovação industrial da economia brasileira, tendo começado pelas atividades integrantes do Departamento II, deverá encerrar-se pela renovação do Departamento I.” (Rangel, 1984, p. 88).

Rangel reconhece que cada dualidade tinha seu próprio DI, mas considera que eram “de cunho pré-industrial” (Rangel, 1984, p. 88), isto é, intensivos em mão de



obra, e portanto capazes de absorver o excedente de mão de obra “que a crise agrária ia expelindo do campo” (Rangel, 1984, p. 89). À medida que o processo de industrialização implicava em um Departamento I cada vez menos intensivo em mão de obra, essa capacidade de absorção diminuía, o que criava problemas graves na medida em que a própria agricultura também se modernizava, “o que quer dizer que a crise agrária fará sentir seus efeitos mesmo nos períodos de alta conjuntura da economia nacional” (Rangel, 1984, p. 89).

**De acordo com a 2ª lei, tendo havido mudança no polo externo na dualidade anterior, agora é vez do polo interno modificar-se e em cumprimento às 3ª e 4ª leis, a modificação ocorre pela substituição do feudalismo no seu lado interno pelo capitalismo mercantil (representado pelo semi-salariado) e do capitalismo mercantil no seu lado externo por uma forma mais avançada (o semi-capitalismo rural). Em cumprimento à 1ª lei, o polo externo não se altera, embora haja mudança do centro dinâmico financeiro (o britânico substituído pelo norte-americano).<sup>19</sup>**

#### 4 - PRÉ-DUALIDADE

Se a primeira dualidade se implanta na fase descendente do primeiro ciclo longo, isto é, entre 1810-17 e 1844-51 (de acordo com Kondratieff), sentimo-nos autorizados a chamar tudo que ocorre antes de “pré-dualidade” e a tentar descrever esse (longo) período de três séculos com as categorias criadas por Rangel, embora ele mesmo não o tenha feito.

Arriscamos afirmar que não o fez pois considera que a história do Brasil começa com a transição de uma economia comunista primitiva ameríndia (que não conhecia a escravidão) para o escravismo. (Rangel, 1957, p. 296 e p. 302). Para ele, “todo o período colonial se ocupa com a estruturação da economia escravista que, criando uma lavoura estável, criou igualmente as condições de passagem para o regime feudal...” (Rangel, 1957, p. 296)<sup>20</sup>.

A fonte de inspiração desta seção do texto é fundamentalmente o artigo de Guimarães (1994), cuja interpretação da dualidade brasileira começa por uma representação da economia colonial Portugal-Brasil, em que Portugal também tem uma estrutura dual.

De fato, esta é a concepção de Rangel ao escrever que “ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma *dualidade*: no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros do capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento – o capitalismo mercantil – que imprimia ao sistema o prodigioso dinamismo, sua virtual ferocidade...” (Rangel, 1981a, p. 5, grifo no original). Tratava-se, no entanto, de um capitalismo mercantil com uma “carapaça externa feudal” que entrava em contato com uma sociedade “não apenas em regime pré-capitalista, como, pelo menos no caso brasileiro, ainda pré-escravista.” (Rangel, 1981a, p. 5, grifos no original).

<sup>19</sup> Ver também Faria (2000, pp. 49-50).

<sup>20</sup> Nossa interpretação é corroborada por Faria (2000), em duas passagens: “Não obstante a dualidade remontar aos primórdios da sociedade brasileira, foi com a Abertura dos Portos (1808), seguida da independência política do Brasil (1822) que irrompeu propriamente a dualidade brasileira, que, mudado o que devia ser mudado, permaneceria até o presente”. (Faria, 2000, p. 39). “A Abertura dos Portos (1808) iniciou um vigoroso processo de integração do polo externo brasileiro, inaugurando apropriadamente o edifício da dualidade brasileira” (Faria, 2000, p. 46).

Assim, Guimarães sugere considerar que a economia portuguesa no final do século XV pode ser vista como constituída de dois polos, um interno (agrícola e feudal) e outro externo (urbano e mercantilista).

O polo interno da economia portuguesa seria feudal nos seus dois lados: no interno, que representa “as relações entre agricultores e os senhores do solo agricultado” (Guimarães, 1994, p. 66) e no externo, que representa “as relações dos senhores do solo agricultado com o rei” (Guimarães, 1994, p. 66). O polo externo da economia portuguesa, por sua vez, teria um lado interno mercantil e um lado externo feudal, pois o comércio externo “era realizado pela própria Coroa ou por intermediação ... ou concessão.” (Guimarães, 1994, p. 66)<sup>21</sup>.

| QUADRO 6 - ECONOMIA PORTUGUESA(final do século XV)                |   |                       |   |
|---|---|-----------------------|---|
| Polo interno (agrícola)   |   | Polo externo (urbano) |   |
| Lado interno  | Lado externo  | Lado interno          | Lado externo  |
| Feudalismo - relações entre agricultores e proprietários da terra | Feudalismo - relações entre os proprietários da terra e a Coroa | Capitalismo mercantil | Feudalismo - comercio externo realizado pela Coroa, ou por intermediação ou por concessão |

O caráter feudal dos dois lados do polo interno da metrópole é inquestionável - baseia-se, segundo Rangel, em “dois dispositivos gêmeos ambos relativos à propriedade ou domínio sobre a terra”, que é o fator de produção, no feudalismo (em contraste com a mão de obra no escravismo ou o capital no capitalismo) cujo comando “confere o domínio sobre todo o processo produtivo” (Rangel, 1981a, p. 6). Esses “dispositivos” conferem ao Estado (o rei) a propriedade (direta ou nua) de toda a terra e ao mesmo tempo exige que toda terra tenha um titular do seu domínio útil. O primeiro dispositivo está representado pelo lema “all land is king’s land”, o segundo pelo “nulle terre sans seigneur”.

Descartando o polo interno da metrópole, já que não havia uma relação direta da agricultura portuguesa com a colônia, Guimarães argumenta que o lado externo (feudal) do polo externo da metrópole, em defesa dos interesses do lado interno (mercantil) do mesmo polo externo da mesma metrópole, procurava “a produção ou extração de bens agrícolas ou minerais” (Guimarães, 1994, p. 67), que não poderia ficar a cargo da população indígena, pois essa não produzia excedentes. Isso é o que explica a colônia (polo interno da economia colonial Portugal-Brasil) ter um lado interno escravista; ao mesmo tempo, justamente por ser colônia, seu lado externo tem a mesma característica (feudal) que o lado externo da metrópole (o polo externo da economia colonial Portugal-Brasil).

A economia colonial Portugal-Brasil é o que estamos chamando de “pre-dualidade” e está descrita sinteticamente no quadro a seguir

<sup>21</sup> Rangel (1981a, p. 6) afirma que a dualidade europeia (diferente da brasileira) tem um polo interno mais avançado e um externo mais atrasado, o que estaria em contradição com Guimarães. No entanto, considerando-se seu argumento seguinte, pode-se dizer que ele se referia aos “lados” interno e externo do que Guimarães chama de polo externo da economia colonial Portugal-Brasil: o contato da Europa com o mundo subdesenvolvido (ou, como prefere Rangel, “pré-desenvolvido”) se fez pelo seu lado externo (o atrasado), tanto do ponto de vista econômico quanto jurídico. O marco disso é o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o continente americano entre as coroas de Espanha e Portugal, estatuidando que todas as terras pertenciam ao rei (“um ou outro, pouco importava, do nosso ponto de vista”) (Rangel, 1981a, p. 6).

| QUADRO 7 - “PRÉ-DUALIDADE” DA ECONOMIA BRASILEIRA (1500-1808/1815/1822) |              |                                     |                       |
|---|--------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Polo interno – Colônia (Brasil)   |              | Polo externo – Metrópole (Portugal) |                       |
| Lado interno  | Lado externo | Lado externo                        | Lado interno          |
| Escravidão  | Feudalismo   | Feudalismo                          | Capitalismo mercantil |

Pode-se dizer que neste ponto de sua construção Guimarães dá um salto, pois não considera que para Rangel, o feudalismo surgido no Brasil, com o Tratado de Tordesilhas, tinha – em caráter não temporário - um conteúdo não feudal, isto é, pré-feudal e até mesmo pré-escravista: não era homogêneo, e comportava diferentes formações, desde a comunidade primitiva de índios e quilombos negros, até a escravidão, passando pelo patriarcalismo e pela teocracia.

Por outro lado, Rangel afirma que o período colonial brasileiro é a fase da história brasileira que marca a evolução e a convergência de todas essas formas primitivas para a escravidão, que se tornou a formação dominante do lado interno da [primeira?] dualidade. A fazenda de escravos tornou-se, durante o período colonial, “a forma mais dinâmica e progressista de organização do trabalho social” (Rangel, 1981a, p. 9). Por essa razão, é possível aceitar a argumentação de Guimarães para a formação da economia “pré-dual” conforme o quadro acima.

Essa formação, portanto, tem dois polos: no polo interno, colonial (Brasil) o modo de produção no lado interno é escravista e no lado externo é feudal, como na primeira dualidade. No entanto, no polo externo, metropolitano (Portugal), o lado interno é capitalista mercantil e o lado externo é feudal.

Uma particularidade ressaltada por Guimarães é o que ele chama de “cordão umbilical” que liga os dois polos pelos seus respectivos lados externos, ambos feudais<sup>22</sup>. É uma distinção entre a “pré-dualidade” e as dualidades propriamente ditas, originais de Rangel, em que “o lado externo do polo interno se comunica com o lado interno do polo externo (Guimarães, 1994, p. 67). Por esta razão, no quadro acima também fazemos a inversão.

A transição da pré-dualidade para a 1ª dualidade se dá com o “rompimento do cordão umbilical”, isto é, a Independência e a transformação da colônia em nação, o que requer a caracterização da sua economia interna, nacional, composta de uma parte urbana e uma parte agrícola. Guimarães destaca que o processo de Independência expulsa a facção do capital comercial (urbano) que é solidária à metrópole. Nas cidades tem-se, portanto, o capital comercial nacional. No campo não há alterações. A nova nação fica constituída por uma “velha economia agrícola ... sob hegemonia feudal” e uma “nova economia urbana ... plenamente mercantil”, e por isso “passa a carregar em sua história independente o ‘carma’ de seu passado colonial.” Guimarães (1994, p. 67).

<sup>22</sup> “Ligados pelo cordão umbilical do feudalismo, os dois polos compartilhavam a mesma economia urbana e o mesmo mercantilismo. Por um lado, as fortificações, as cidades e o comércio estabelecidos nas terras da colônia eram a materialização da expansão marítimo-comercial portuguesa; por outro lado, o produto ou extrato colonial, tão logo produzido ou extraído, era comercializado em urbes vassalas da Coroa, sendo, por isso, ao fim das contas, canalizado para Lisboa.” Guimarães (1994, p. 67)

**QUADRO 7 - “PRÉ-DUALIDADE” DA ECONOMIA BRASILEIRA (1500-1808/1815/1822)**

| Polo interno – Colonia (Brasil) |                     | Polo externo – Metrôpole (Portugal) |                       |
|---------------------------------|---------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Lado interno                    | <b>Lado externo</b> | <b>Lado externo</b>                 | Lado interno          |
| Escravidão                      | Feudalismo          | Feudalismo                          | Capitalismo mercantil |

**QUADRO 1 - 1ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA (1815-1888)**

| Polo interno ou principal  |              | Polo externo ou secundário  |                        |
|--|--------------|---|------------------------|
| Lado interno   | Lado externo | Lado interno  | Lado externo           |
| Escravidão   | Feudalismo   | Capitalismo mercantil   | Capitalismo industrial |
| Maior: latifúndio escravista: senhores de escravos com relacionamento feudal com a Coroa |              | Menor: capital comercial: burguesia comerciante: importadores e exportadores que se relacionam com o capitalismo industrial europeu |                        |

Esse “carma” é a dualidade básica, a divisão em dois polos com dois lados em cada. No caso em apreço, um polo interno constituído pelo antigo polo colonial que funciona sob a lógica feudal e um polo externo constituído por uma cisão do aparato colonial do antigo polo metropolitano que funciona sob a lógica mercantil.

Na concepção de Guimarães, essa cisão implica a internalização de parte do capital mercantil que era interno ao polo externo<sup>23</sup>; o lado externo do polo externo também se modifica pela substituição do feudalismo (português) pelo capitalismo industrial (inglês)<sup>24</sup>.

**As leis não podem ser aplicadas à risca, dado que a colônia só tinha um polo interno, o externo confundia-se com a metrôpole. O surgimento da nação caracteriza-se justamente pelo surgimento de um segundo polo, o externo. Assim, pode-se dizer apenas que 1ª lei está respeitada (a mudança ocorre em decorrência de conflito nas relações de produção existentes). A 2ª lei (mudança em apenas um polo) não se aplica; a 3ª lei é cumprida (internalização do modo de produção pré-existente do lado externo) mas tem uma forma peculiar de se manifestar: com a Independência, uma parte do capital mercantil que era interno à metrôpole passa para o lado interno do polo externo da economia nacional (polo que até então não existia)<sup>25</sup>. A 4ª lei é obedecida, mas também de modo específico, pois trata-se do polo externo da colônia que se confunde com a metrôpole: é nele que ocorre a**

<sup>23</sup> “a cisão do aparato colonial português ... implica inversão de posições dos lados do antigo polo metropolitano, internalizando-se no novo país parte do capital mercantil que era antes interno à metrôpole” (Guimarães, 1994, p. 68).

<sup>24</sup> “implica também, obviamente, a expulsão do feudalismo português do lado externo do polo [metropolitano], que passa a ser ocupado pelo capitalismo industrial inglês” (Guimarães, 1994, p. 68).

<sup>25</sup> Em outras palavras: “a terceira lei, que diz que um polo se transforma, pela absorção, pelo seu lado interno, do modo de produção já presente no seu lado externo, nessa adaptação que acrescentamos ao esquema rangelino (passagem Dualidade Colonial – Primeira Dualidade) pode ser expressa pelo fato de que o capitalismo mercantil, antes português, foi internalizado pelo país” (Guimarães, 1994, p. 71).

### **adoção de um modo de produção mais avançado, pela substituição do feudalismo português pelo capitalismo industrial britânico<sup>26</sup>.**

Para encerrar essa seção: a “mudança institucional” específica da transição da pré-dualidade para a 1ª dualidade é a Independência. Guimarães, no entanto, não faz referências explícitas às “coalizões políticas” entre classes hegemônicas e subordinadas (sócios maiores e menores na terminologia de Rangel), embora considere que “a expulsão do feudalismo português também se dá por cisão, ao criar-se a nossa própria Coroa, gemelar da portuguesa: o mesmo Pedro que foi o nosso D. Pedro I tornou-se depois D. Pedro IV em Portugal” (Guimarães, 1994, p. 68).

## **5 - DA QUARTA DUALIDADE EM DIANTE**

O episódio que marca o começo da quarta dualidade é a crise do início dos anos 70: “[a] transição da 3ª para a 4ª Dualidade ... como das outras vezes, ocorre nas condições da fase *b* (recessiva) do Ciclo Longo, ou Ciclo de Kondratieff. O 4º Kondratieff, para sermos mais precisos” (Rangel, 1984, p. 87).<sup>27</sup>

Nos primeiros anos dessa década a economia brasileira teve um dinamismo muito maior do que o do centro dinâmico, e segundo Rangel isso poderia ter levado à conclusão de que o Brasil estivesse protegido dos efeitos do ciclo longo. No entanto, o mau desempenho da economia nacional nos primeiros anos da década de 80 mostrariam que a rigor a economia brasileira estava sujeita à combinação dos “efeitos recessivos dos dois ciclos: Kondratieff e Juglariano brasileiro”. (Rangel, 1992, p. 242). Vale a pena reproduzir o argumento na íntegra:

Quando, com Raul Prebisch e o nosso Celso Furtado, chegamos a considerar maduramente o problema, foi para perceber o fato de que, com a industrialização substitutiva de importações, havíamos conseguido internalizar os ciclos - os ciclos breves, naturalmente, pontualmente decenais, em nosso país. Entretanto, dado que o dinamismo de nossa economia, no período, revelou-se muito maior do que o do centro dinâmico capitalista, como aconteceu nos anos 70 subsequentes à abertura da fase *b* do Quarto Ciclo de Kondratieff (1973-80), podia parecer que, até certo ponto, estávamos isentos dos movimentos de longo prazo — ilusão logo desfeita, quando, no primeiro quinquênio dos anos 80, se somaram, para o Brasil, os efeitos recessivos dos dois ciclos: Kondratieff e Juglariano brasileiro. (Rangel, 1992, p. 242).

Os Juglarianos brasileiros explicam a aparente autonomia da economia brasileira, mas tanto podem mitigar os efeitos do ciclo longo como podem ampliá-los. Dependendo do caso, podem tornar-se o fundamento da proposição de Rangel sobre o fim da dualidade básica brasileira. Além dos Juglarianos brasileiros, outros elementos compõem essa proposição, tais como suas considerações sobre os

<sup>26</sup> Alternativamente: “A quarta lei, que diz que em consequência de mudança do lado interno, o lado externo também muda, é expressa pela substituição do feudalismo português pela indústria inglesa” (Guimarães, 1994, p. 71).

<sup>27</sup> A “precisão” é, obviamente, uma extrapolação, já que Kondratieff, tendo falecido em 1938, não tratou do quarto ciclo longo. Rangel (1981b, p. 262), aliás, a reconhece como tal.

serviços de utilidade pública e sobre o comércio externo, e em particular a participação do Estado nessas duas áreas. Passemos a eles.

### 5.1 Juglarianos brasileiros

Os ciclos juglarianos brasileiros, segundo Rangel, são “movimentos conjunturais de causação endógena ... aproximadamente decenais” que começaram a se manifestar a partir da “abertura da fase b do 3º Kondratieff (1921)” em decorrência de “fatos econômicos fundamentais”, com destaque para o “processo de substituição industrial de importações, porque a industrialização não é um processo indiviso, mas a sequência de renovações parciais, setoriais da economia” (Rangel, 1984, p. 94). Ou seja, é o caráter setorial da industrialização que abre espaço para o surgimento de ciclos mais curtos e endógenos.

Nos ciclos Juglarianos brasileiros a recessão se manifesta por uma redução da eficácia marginal do setor que cresceu na fase anterior, que pode assumir valores negativos (acumulação de capacidade ociosa), recriando tensões políticas, que levam a novas mudanças institucionais, que sensibilizarão outros setores, e assim por diante. Essa “dialética da capacidade ociosa” engendra mudanças institucionais de caráter fundamentalmente monetário, creditício, cambial e fiscal (Rangel, 1984, p. 94).

Não discutiremos aqui a versão de Rangel sobre o desempenho da economia brasileira no período que se inicia na década de 70 do século XX. O que importa ressaltar é a sua concepção de que há uma espécie de revezamento sequencial dos setores que entram em crise (de super produção), de modo que sempre há algum (ou alguns) setores com capacidade ociosa que pode(m) fornecer recursos de capital (real e/ou financeiro) e eventualmente mão de obra para os setores impedidos de crescer por falta desses mesmos recursos. No caso da quarta dualidade, segundo Rangel, é o setor produtor de bens de produção que, estando com capacidade ociosa, pode (ou deve) suprir as necessidade do setor de serviços de utilidade pública, produzindo diretamente e/ou fornecendo capital através do mercado financeiro doméstico, estatal ou privado.<sup>28</sup>

### 5.2 Serviços de utilidade pública

Rangel localiza o início da formação do setor de serviços de utilidade pública no período da segunda dualidade, institucionalmente concedidos a empresas estrangeiras, como “uma projeção, para o interior da economia brasileira, do capitalismo financeiro [estrangeiro]” (Rangel, 1990, p. 36).

Esses serviços são os transportes ferroviários, navegação mercante, transportes elétricos urbanos, água, esgotos, luz e energia para fins industriais, telefones urbanos, correios e telégrafos, etc, sem o quais “o esforço de industrialização [da terceira dualidade] nem poderia ter começado, limitando-se a um movimento pré-industrial de importações, como na anterior [segunda] dualidade” (Rangel, 1990, pp. 35-36).

<sup>28</sup> Já na primeira metade da década de 1980, Rangel identificava que o setor dos “serviços de utilidade pública ou atividades econômica e institucionalmente aparentadas” (Rangel, 1984, p. 96) seria o setor dinâmico do ciclo endógeno seguinte, isto é, o quarto.

Como a industrialização implica a manifestação de Juglarianos brasileiros, que são setoriais (além de mais breves), gerando o desenvolvimento e a modernização de um setor após o outro, Rangel identifica o setor de serviços de utilidade pública como aquele que foi se tornando insuficiente ao longo da terceira dualidade, abrindo oportunidades para o capital privado. No entanto, não havia ainda (na terceira dualidade) um sistema financeiro nacional capaz de sustentar o crescimento adequado do setor, e por isso “resolveu-se por um passo atrás, isto é, pela recriação dos estancos, ou serviços públicos concedidos a empresas públicas” (Rangel, 1990, p. 36).

Isto significa que, à medida que foram se criando “as condições para o surgimento de um capitalismo financeiro endógeno”, o direito de concessão de serviços de utilidade pública foi sendo revisto, passando “da concessão ... a empresas privadas estrangeiras ... a empresas públicas ou estatais”. Rangel passa a defender a necessidade e a possibilidade de serem repassadas a “empresas privadas nacionais, vale dizer, financiadas em moeda nacional, pouco importando se o investidor é, à luz do Direito Internacional Privado, nacional ou não nacional.” (1990, p. 36). Trata-se da “substituição da concessão dos serviços públicos a empresas públicas pela concessão dos mesmos serviços a empresas privadas.” (Rangel, 1989, p. 153), um outro título possível para a 4ª dualidade.

O setor de serviços de utilidade pública é de caráter monopólico ou quase monopólico e forma seus preços “em condições especiais, estabelecidas pelo poder normativo do Estado” (Rangel, 1984, p. 96) em que a tarifa é “sua expressão acabada” (Rangel, 1984, p. 96), formada como segue:

$$tm = \frac{D + d + L}{q} = \frac{D + d + (i + a)}{q}$$

onde:  $tm$  tarifa média;  $q$ : quantidade de serviço prestado;  $D$ : despesas correntes de exploração, que são determinadas por critérios administrativos e contábeis;  $d$ : reserva de depreciação, que é protegida da inflação pela correção monetária; e  $L = i + a$ : lucro legal, “assunto para decisão política de Estado” (Rangel, 1984, p. 96), que pode expandi-lo ou contrai-lo mediante tributos ou subsídios, mas não pode fazê-lo arbitrariamente, pois é preciso considerar um “fundamento objetivo: o custo do capital no mercado financeiro no qual se apoie o serviço [juros  $i$ ], acrescido de uma comissão de administração [ $a$ ] para o titular da concessão” (Rangel, 1984, pp. 96-97).

Essa lógica de formação de preços independe do regime da prestação dos serviços: “concessão ou permissão, serviço público de administração direta, serviço público concedido a empresa pública ou ... a empresa privada.” (Rangel, 1984, p. 97).

Isso implica que a liberdade na fixação da tarifa depende da capacidade do Estado de sustentar a operação – seja abrindo mão da receita fiscal que resulta da tributação quando operada por outros agentes, seja subsidiando diretamente as empresas ou indiretamente o público consumidor dos serviços.

O problema do financiamento da expansão desse setor, com base num mercado interno de capitais exigiria, segundo Rangel, além de um sistema financeiro, um DI completo e com capacidade ociosa, isto é, um “vigoroso capitalismo industrial

interno, contendo em seu seio um ponderável Departamento I, capaz de suprir parcela relevante dos bens de capital necessários à implantação de tais serviços.” (Rangel 1984, p. 97). Mas, ainda mais importante, requer capacidade ociosa nesse setor, de modo que ele seja capaz de suprir a demanda adicional pelos equipamentos necessários à prestação desses serviços de utilidade pública. Rangel avaliava que, na primeira metade dos anos 80 essas condições estavam dadas: “sob a forma de capacidade ociosa ... as unidades produtivas poderão suprir produto incremental de valor muito superior aos custos incrementais incursos” (Rangel 1984, p. 97).

A outra condição, a de “um bem desenvolvido sistema financeiro, isto é, bancos e bolsa de valores” (1984, p. 97), Rangel também considerava alcançada na primeira metade dos anos 80 - embora reconhecesse que o setor bancário privado ainda era embrionário, supunha que o setor bancário estatal estava pronto para completar o que faltava nessa área.

Havia, no entanto, um problema: o Estado era simultaneamente concedente e concessionário dos serviços públicos, mas a empresa pública não pode dar seu patrimônio como garantia ou hipoteca (pois este patrimônio é legalmente inalienável). Portanto, os empréstimos tomados junto ao sistema financeiro exigiam aval do Tesouro, mas este aval estava esgotado, provocando uma “brutal elevação da taxa de juros” (Rangel, 1984, p. 98) e consequentemente das tarifas.

Por essa razão Rangel defendia uma reestruturação institucional dos serviços de utilidade pública, de forma que os ativos (privados) pudessem ser utilizados como garantia (hipoteca) dos financiamentos requeridos. Rangel não via “outra saída senão a passagem dos serviços, da condição de *empresas públicas*, para a de *concessões a empresas privadas*, pelo menos em parte” (Rangel, 1984, p. 98, *itálicos no original*). Isso permitiria que o Estado servisse como intermediário das garantias, “[recebendo] o imobilizado do concessionário privado, trocando-o pelo seu próprio aval, tornando aceitável pelo investidor privado os papéis lançados pelos serviços.” (Rangel, 1984, p. 98)

Por último, é interessante observar que para Rangel era indiferente se as empresas privadas concessionárias seriam nacionais ou não, pois as “empresas de origem estrangeira são agora inseparáveis do nosso solo econômico, a tal ponto que não seria possível ignorar esse fato sem por em causa seu próprio destino, o destino de centenas de empresas formalmente nacionais .... Empresas formalmente estrangeiras, mas já fundamentalmente integradas na economia nacional, estão em crise tanto como o governo, mas por efeito da falta de oportunidade de investimentos ... que o governo insiste em preservar para o setor público, que está privado dos recursos [necessários] para os investimentos mais inadiáveis dos grandes serviços de utilidade pública.” (Rangel, 1988)

### 5.3 Comércio externo

O outro elemento que caracteriza essa fase são as alterações que ocorrem no “polo externo”. Rangel previa uma mudança na pauta do comércio internacional, como efeito da industrialização, em que os bens de capital e os bens duráveis de consumo deveriam aumentar sua participação nas exportações; pelo lado das importações, previa um aumento da participação das matérias primas, assim como dos “bens encarnadores de tecnologia de ponta e a própria *tecnologia em estado*



*puro*” (Rangel, 1984, p. 99, itálicos no original). Essas mudanças permitiriam também mudar os parceiros comerciais, isto é, alterar qualitativamente as relações com o Terceiro Mundo e com o Mundo Socialista, e seriam “cada vez mais, relações *planificadas e de Estado*” (Rangel, 1984, p. 99, itálico no original). Isso significava ser “imperativo que nos libertemos da ditadura monetária que nos é imposta pelos países cêntricos do mundo capitalista” (Rangel, 1984, p. 99), passando a “vender e comprar na *moeda do outro*” (Rangel, 1984, p. 99, itálico no original). Como isso só poderia ser feito pelo Estado, Rangel concluía que o comércio exterior ao final da 4ª dualidade teria “caráter de *comércio bilateral, planificado e de Estado.*” (Rangel, 1984, p. 99, itálico no original). Significa também, como lembrado por Malta (2014a, p. 254), a esperança ou o desejo de Rangel “de encontrar o socialismo no lado externo do polo externo [ao final da] quarta dualidade”.

#### 5.4 Notas sobre a transição da quarta dualidade para o fim da dualidade básica brasileira<sup>29</sup>.

O fato é que o próprio Rangel nunca apresentou sua concepção sobre a dinâmica da quarta dualidade com a mesma clareza com que apresentou as demais. Ele datou o início da quarta dualidade em 1973, e é até natural que em 1981 escrevesse que ela estava “obviamente, no futuro” (Rangel, 1981a, p. 31). Mas onze anos depois ainda considerava que ela estava em “franco processo de implantação” (Rangel, 1992, p. 239 e 240).

Isso, no entanto, não invalida nossa tentativa de fazê-lo em seu nome, tomando como base principalmente (mas não apenas) os textos que têm por título “a quarta dualidade” ou “o quarto Kondratieff”.

Neste exercício procuramos encontrar os componentes da quarta dualidade que seriam preservados ou descartados na transição para a quinta dualidade (ou para o fim da dualidade da economia brasileira), nos lados interno e externo de cada um dos polos.

Nosso ponto de partida é a contraposição entre os elementos que compõem a quarta dualidade, que incluem o semi-salariado e semi-capitalismo rural no polo interno, mas sem qualquer referência a capitalismo de Estado, e a seguinte passagem, que parece referir-se a uma eventual 5ª dualidade: “Aproxima-se ... o fim da *era pré-capitalista* do polo interno da economia. Não obstante, a dualidade manter-se-á, visto como no polo externo passam a vigorar formas peculiares de *capitalismo de Estado*, tipicamente transientes para o socialismo” (Rangel, 1962, p. 567, grifos nossos).

Nesta fase, segundo Rangel, no lado interno do polo interno “tomam forma os elementos de capitalismo agropecuário... [cuja] expansão ... exige o crescimento do mercado, cujas condições estão surgindo ... [pela] ... reestruturação dos serviços de utilidade pública, à base de recursos .... reunidos pelo nascente mercado interno

<sup>29</sup> O conteúdo desta seção é preliminar. Malta (2014b, p. 21) observa muito acertadamente que “a tese da dualidade básica, ao descrever a história, fala de algo que já está determinado” e que as concepções de Rangel, no que se refere à quarta dualidade “mudou fartamente de caracterização a partir de sua análise de conjuntura de cada período” (Malta, 2014b, p. 22). Portanto, esta seção precisa ser revista numa segunda versão do texto, seguindo as considerações de Rangel em ordem cronológica.

de capitais” (Rangel, 1962, p. 566)<sup>30</sup>. Este seria o fim do pré-capitalismo interno, substituído pelo capitalismo pleno.

No lado externo do polo interno, o “comercio exterior .... não pode ser senão um comércio planejado de Estado” (Rangel, 1962, p. 567)<sup>31</sup>. As referências são as “mudanças profundas e irreversíveis, destruindo qualquer esperança de manutenção da hegemonia mundial do imperialismo.... deixando ao Terceiro Mundo a possibilidade de escolher seus próprios caminhos ... inclusive de buscar apoio... [no] Mundo Socialista...”. (Rangel, 1980, p. 12). Rangel não chega ao ponto de sugerir que a hegemonia mundial passará a ser exercida pelo “mundo socialista”, mas apenas que “o mundo capitalista já não é livre para escolher os remédios para seus problemas, à vista da presença do mundo socialista” (Rangel, 1981b, p. 277). Para que o socialismo “passe a ocupar a posição de centro dinâmico universal” (Rangel, 1981b, p. 278), é preciso que “suprima” o ciclo, o que só pode ser feito através do planejamento.

Os argumentos de Rangel dão a entender que o lado interno do polo interno seria ocupado pelo setor de serviços de utilidade pública, privatizado; o lado externo do polo interno seria ocupado pelo agrobusiness e indústria; no lado interno do polo externo surgiria o capitalismo de Estado e no lado externo do polo externo a hegemonia seria disputada entre o centro dinâmico capitalista e os países socialistas, eventualmente em conjunto com os do “terceiro mundo”<sup>32</sup>.

| QUADRO 8A - 5ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA   |                                       |                            |  |
|---|---------------------------------------|----------------------------|--|
| Polo Interno ou principal                         |                                       | Polo Externo ou secundário |  |
| Lado interno                                      | Lado externo                          | Lado interno               | Lado externo   |
| <b>Serviços de utilidade pública privatizados</b> | Agrobusiness e Capitalismo industrial | Capitalismo de Estado      | Centro dinâmico capitalista, Países Socialistas (e Terceiro Mundo) |

Por outro lado, o setor serviços de utilidade pública, ainda que privatizado, teria no Estado seu financiador em última instância (no mínimo como avalista), papel não dissociado do de regulamentador das atividades do setor e portanto é possível considerar que o capitalismo de Estado esteja presente no lado interno do polo interno. Dado que este mesmo capitalismo de Estado estaria presente na ordenação do comércio internacional, teríamos a seguinte formação:

<sup>30</sup> Segundo Rangel, estes recursos são supridos pela indústria nacional de bens de produção e pelas importações pagas com exportações agrícolas.

<sup>31</sup> A rigor, nas duas passagens acima Rangel se refere a polos (interno e externo), mas elas têm mais sentido se forem interpretadas como lados (interno e externo) do polo interno.

<sup>32</sup> Apenas como observação: neste caso uma das leis da dualidade deixa de ser obedecida, pois seria a vez das mudanças no polo externo, sem alterações no polo interno. Ademais: se considerarmos a regra (lei) de que o polo que muda é aquele no qual a crise se manifesta, o polo que deveria mudar é o polo externo, já que a crise de 1973 (a do petróleo) é uma crise exógena à economia brasileira; por outro lado, 1973 também marca o final do “milagre brasileiro” e portanto haveria também um forte componente endógeno.

| QUADRO 8B - 5ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA |                                       |                            |  |
|---|---------------------------------------|----------------------------|--|
| Polo Interno ou principal                       |                                       | Polo Externo ou secundário |  |
| Lado interno                                    | Lado externo                          | Lado interno               | Lado externo   |
| <b>Capitalismo de Estado</b>                    | Agrobusiness e Capitalismo industrial | Capitalismo de Estado      | Centro dinâmico capitalista, Países Socialistas (e Terceiro Mundo) |

A forte participação do Estado no lado interno dos dois polos seria outra forma de homogeneização, fornecendo os fundamentos para a ideia de que estaríamos nos aproximando do fim da dualidade e da implantação do socialismo ou algo próximo dele.

Para tanto, há também mudanças institucionais importantes, entre elas o processo de redemocratização: o terceiro triênio da fase b do 4º Kondratieff (1979-1982) foi, segundo Rangel, “uma depressão, que no Brasil marcou o colapso do regime militar (do mesmo modo como outra depressão, virtualmente limitada ao Brasil, resultou na implantação do mesmo regime).” (Rangel, 1990, p. 42).

O planejamento é, para Rangel, o elemento característico central do polo externo, nesse período: “De ambos os lados da antiga cortina de ferro, assistimos ao colapso das formas pretéritas de planejamento [que] terá, obrigatoriamente, que assumir âmbito muito mais geral do que antes. Os países de economia de capitalismo financeiro não mais poderão prescindir de formas amadurecidas de planejamento.” (Rangel, 1992, p. 241). E um pouco mais à frente: “O Brasil deverá implantar sua quarta [??] dualidade ... no próprio momento em que o planejamento econômico, antes privativo do socialismo, emerge como necessidade incoercível do próprio mundo capitalista” (Rangel, 1992, p. 242).

Neste caso o quadro deve ser reescrito novamente:

| QUADRO 8C - 5ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA |                                       |                            |   |
|---|---------------------------------------|----------------------------|---|
| Polo Interno ou principal                       |                                       | Polo Externo ou secundário |   |
| Lado interno                                    | Lado externo                          | Lado interno               | Lado externo                              |
| Capitalismo de Estado                           | Agrobusiness e Capitalismo industrial | Capitalismo de Estado      | <b>Estado (capitalismo ou socialista)</b> |

Observa-se o aparente desaparecimento do capitalismo financeiro nas várias abordagens de Rangel sobre essa etapa. No entanto, em um artigo intitulado “O mesmo ciclo de uma nova história” publicado no Boletim IERJ Rangel sugere que depois de um crescimento “sem paralelo fora do campo socialista da economia mundial .... nos 40 anos compreendidos entre .... 1938 ... e 1978..”, num processo em que o parque industrial brasileiro foi sendo integrado de setor em setor, a economia nacional estaria se aproximando do fim do processo de implantação do capitalismo industrial, revelando capacidade ociosa na indústria pesada e estrangulamentos no setor de serviços de utilidade pública. Para Rangel, isto “encerra visivelmente uma etapa do nosso desenvolvimento. Com efeito, as mudanças institucionais implícitas na superação da presente crise importam no

início da implantação do capitalismo financeiro.” (Rangel, 1979, p. 6)<sup>33</sup>. E mais à frente: “O advento, nas condições da fase “b” do 4º Kondratieff, da 4ª Dualidade brasileira, está tendo essa peculiaridade de suscitar o nascimento do capitalismo financeiro brasileiro” (Rangel, 1979, p. 7).

Ao mesmo tempo, a recessão no centro dinâmico capitalista provoca um “protecionismo isolacionista” mas existe a possibilidade de expansão do comércio exterior com o mundo socialista. Para Rangel, “trata-se obviamente de um comércio exterior de novo tipo – comércio planejado e, necessariamente de Estado”, bilateral de início mas que “tenderá francamente para o planejamento” (Rangel, 1979, p. 7).

Disso resultariam duas tendências aparentemente contraditórias: “a privatização de importantes segmentos do setor público, nos quadros do desenvolvimento do capitalismo financeiro nacional, e a franca estatização de crescentes segmentos do comércio exterior” (Rangel, 1979, p. 7). E conclui: “Mais uma vez, no processo de superação da crise, áreas do setor público se privatizam e áreas do setor privado se estatizam”. (Rangel, 1979, p. 7). Mas a contradição é apenas aparente: “à primeira vista estaríamos transitando do regime do planejamento para o da chamada ‘livre iniciativa’, isto é, do não planejamento. Na verdade estaremos passando a uma forma superior de planejamento, capaz de comportar decisões de maior transparência e conhecimento de causa.” (Rangel, 1987).

Portanto, teríamos algo como

| QUADRO 8D - 5ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA |                                       |                            |                                    |
|---|---------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| Polo Interno ou principal                       |                                       | Polo Externo ou secundário |                                    |
| Lado interno                                    | Lado externo                          | Lado interno               | Lado externo                       |
| <b>Capitalismo Financeiro de Estado</b>         | Agrobusiness e Capitalismo industrial | Capitalismo de Estado      | Estado (capitalismo ou socialista) |

Qualquer que seja a composição dessa “quinta dualidade”, fica evidente que a característica fundamental desta fase é a participação do Estado, seja como financiador, seja como planejador. Essa conclusão aparentemente independe de se seguir os escritos de Rangel sobre esse tema em ordem cronológica ou fora dela. A presença crescente e explícita do Estado seria o componente-chave para o fim da dualidade. Ademais, embora o capitalismo de Estado atue “essencialmente em proveito do capital privado”, haveria também, segundo Rangel, um crescimento incessante da influência das massas, o que permitiria um novo pacto de poder. Escrevendo antes do golpe militar de 1964, afirmou que “não está longe o dia em que, a princípio em posição ancilar e depois em posição dominante, elas participarão do pacto de poder da República. Com a conclusão desse processo, chegará ao fim, também, a DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA” (Rangel, 1962, p. 567, maiúsculas no original).

<sup>33</sup> Não conseguimos identificar a data em que foi publicado, mas o teor do texto indica ter sido no final da década de 70, muito provavelmente 1979. Adotaremos esse ano como referência.

## 5.5 Alguns registros adicionais

Não se pretende aqui validar ou invalidar a contribuição de Rangel tendo por critério sua capacidade de previsão do desempenho da economia brasileira a partir da quarta dualidade, nem sua aderência às suas “leis da dualidade”. Apenas para registro, anotamos as observações de alguns de seus intérpretes.

Para Pereira e Silveira (2010), as previsões de Rangel não se concretizaram pois o Brasil se globalizou, a redemocratização gerou instabilidade política e a economia mundial permaneceu sendo coordenada pelos países do centro do sistema, capitalistas. Além disso, consideram que “a esquerda e as elites brasileiras não foram capazes de apresentar uma alternativa condizente com a formação de um pacto de poder entre a classe trabalhadora e o setor produtivo”, que não tendo sido formado nas eleições presidenciais de 1989, tampouco foi possível em 2002, pois “a esquerda brasileira já estava contaminada com os princípios neoliberais”. Para completar, o pacto de poder da quarta dualidade (em que a burguesia industrial é o sócio maior e a burguesia rural é o sócio menor) teria sofrido as consequências da desindustrialização e da desvalorização das commodities e dos produtos agroindustriais (Pereira e Silveira, 2010, p. 331).

Bresser-Pereira e Rego (2014), por sua vez, consideram que a burguesia industrial já teria se tornado o sócio maior entre 1930 e 1950 (e não somente ao longo da quarta dualidade, conforme Rangel), mas que mesmo assim “seu tempo como sócio maior foi muito menor do que Rangel e todos os analistas previram” (Bresser-Pereira e Rego, 2014, p. 12). Além disso, a partir de 1990 teria havido uma reversão da autonomia da economia brasileira, em decorrência do endividamento externo, de modo que o capitalismo industrial brasileiro, ao invés de associar-se ao capitalismo financeiro internacional, subordinou-se a ele. As políticas macroeconômicas desde então refletiriam os interesses dominantes: altas taxas de juros que beneficiam rentistas e o setor financeiro, e taxa de câmbio valorizada que beneficiam as multinacionais que remetem lucros. Ainda assim, consideram que a teoria de Rangel ajuda a entender esse período.

Castro (2012) é o mais crítico dos intérpretes: para ele a crise das últimas décadas “abala a teoria, que considera o desenvolvimento nacional como uma certeza, o que historicamente foi confirmado ao longo das dualidades anteriores”. No entanto, “o tempo equivalente a uma fase do Kondratieff transcorreu, a economia internacional se reestruturou no padrão do dólar flexível e o nosso ciclo Juglariano, que deveria corresponder a investimentos em infraestrutura, não ocorreu”. A “privatização virtuosa” proposta por Rangel terminou em transferência de ativos e desnacionalização, a integração comercial foi feita sem planejamento e reforçou o modelo primário exportador, e não se vislumbra um pacto de poder que consiga fazer a economia brasileira avançar. Para Castro, todos os problemas nacionais são enfrentados de forma conservadora, a burguesia industrial cedendo ao capitalismo financeiro e o Estado perdendo funções tornando-se incapaz de articular propostas desenvolvimentistas. (Castro, 2012, pp. 27-28).

Malta (2014a), por sua vez, destaca a questão agrária, cuja importância na passagem da quarta dualidade para a seguinte está intimamente relacionada à industrialização da agricultura, que gera “um exército industrial de reserva superdimensionado, cuja solução efetiva seria limitada pelo preço proibitivo da terra” (Malta, 2014a, pp. 262-263). Ressalta a interpretação de Rangel, de que o

alto preço da terra decorre dela ser tratada como reserva de valor e portanto tratar-se de um fenômeno financeiro, o que também afeta a terra urbana. Ou seja, a passagem da quarta dualidade teria que dar conta desses problemas associados: a questão agrária, o desemprego e a habitação urbana.

Por ultimo, vale a pena mencionar os comentários de Paula e Almada (2014), inspirados por Holanda (2014). Estes autores sugerem que a crise financeira de 2008 teria marcado o final da fase “a” de um quinto ciclo longo de Kondratieff, iniciado em 1992 e caracterizado pelo advento da Internet e da China como nova potência econômica. Na dualidade correspondente, a proposição dos autores (na forma de perguntas) é que os trabalhadores assalariados ocupariam o lado interno do polo interno, o capital industrial o lado externo desse polo interno, o agronegócio o lado interno do polo externo e o capital financeiro o lado externo do polo externo. Neste caso, o sócio maior seria o capital financeiro (externo) e o sócio menor o capital industrial (interno), o que representaria uma “inversão” já que o capital industrial teria sido o sócio maior da quarta dualidade. Esta inversão seria explicada pela “reprimarização do saldo exportador brasileiro” (Paula e Almada, 2014, p. 339).

De acordo com o nosso esquema de representação, a quinta dualidade seria descrita como no quadro a seguir.

| <b>5ª DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA SEGUNDO PAULA E ALMADA (2014)</b> |                        |                                   |                        |
|--|------------------------|-----------------------------------|------------------------|
| <b>Polo Interno ou principal</b>   |                        | <b>Polo Externo ou secundário</b> |                        |
| Lado interno   | Lado externo           | Lado interno                      | Lado externo           |
| Trabalhadores assalariados   | Capitalismo industrial | Agronegócio                       | Capitalismo financeiro |
| Coalizão política  |                        |                                   |                        |
| Menor: capital industrial  |                        | Maior: capital financeiro         |                        |

Fica evidente a dificuldade de avaliar a obediência às “leis da dualidade”.

## CONCLUSÃO

A apresentação das dualidades brasileiras de Ignácio Rangel, na forma sintética e sistematizada como a que foi realizada ao longo do texto torna redundante uma conclusão que procure resumir o que foi exposto.

Assim, talvez seja mais útil que nos limitemos a algumas observações finais.

A primeira é que a dualidade “básica” sugerida e adotada por Rangel obviamente não se aplica a outros períodos que não sejam os que ele mesmo analisou com base naqueles esquemas, para os quais, aliás, foram criados. O próprio Rangel nunca apresentou sua concepção sobre a dinâmica da quarta dualidade com a mesma clareza com que apresentou as demais. Nossa tentativa de identificar quais seriam – segundo ele – as características da passagem da quarta dualidade para a quinta, ou para o “fim da dualidade básica” tampouco resultou num quadro mais claro. O

exercício sugerido por Paula e Almada (2014) corrobora a dificuldade inerente a uma tentativa dessa natureza.

A segunda observação é que o “esquema” básico tampouco se aplica com facilidade ao período anterior àqueles que foram examinados por Rangel, que chamamos de “pré-dualidade”. Conforme foi visto, nesse caso as “leis” tampouco são obedecidas, e requerem várias adaptações.

Por último, é claro que isso não significa que a análise de Rangel deva ser descartada por inteiro. Apenas ressalta os limites de sua aplicação e o risco embutido na tentativa de usá-la de forma mecânica ou automática.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, R. (1988) *Pensamento Econômico Brasileiro* – o ciclo ideológico do desenvolvimento. PNPE/IPEA. [o capítulo sobre Ignácio Rangel está disponível em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/11/Pensamento-Econ%C3%B4mico-Brasileiro.pdf>]
- BRESSER PEREIRA, L.C. e REGO, J.M. (1993) Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 13, n.2 (50), jul-dez, pp. 98-119. Disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/50-6.pdf>
- BRESSER PEREIRA, L.C. e REGO, J.M. (2014). Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel revisitado. In: HOLANDA, F.M., ALMADA, J. e PAULA, R.Z.A. (orgs)(2014). *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. 1ed.São Luis: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2014. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2014/759-Rangel-Mestre-Ec-Bras-Revisto-2013.pdf>
- CASTRO, M.H.M. (1995) A dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel. *Archétypon*, ano 3, n. 9, pp. 25-34.
- CASTRO, M.H.M. (2012). Nosso mestre Ignácio Rangel. In *Obras Reunidas*, vol, 1. Rio de Janeiro, Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado.
- CRUZ, M. (2008) Ignácio de Mourão Rangel -o maior economista brasileiro (1914 - 1994). <http://ignaciorangel.blogspot.com.br/> Acessado em 14 agosto de 2014.
- FARIA, F.A. (2000) Teoria da dualidade básica e o desenvolvimento brasileiro. *Archétypon*, vol. 8, n. 24, set-dez, pp. 35-55.
- FARO, L.C. e COSTA, S. (2003) O evangelho do desenvolvimento segundo Santo Ignácio. *Pro Memoria*, out-dez, pp. 87-105. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/23/PDF/0623.pdf>
- FERNANDES, A.D. (2011) *Ignácio Rangel: História, política e tecnocracia no Brasil (1930-1960)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás. Disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1224/1/Tese%20Arissane%20Damasso%20Fernandes.pdf>
- FONTES, C.E.B., MARTINS, F.S. e BARROS, F.E.L.R. (2014). Rangel, dualidade e inflação: originalidade e independência no pensamento brasileiro. In HOLANDA, F.M., ALMADA, J. e PAULA, R.Z.A. (orgs)(2014) *Ignacio Rangel*,



- decifrador do Brasil*. 1ed.São Luis: Editora da Universidade Federal do Maranhão, pp. 306-329.
- GUIMARÃES, C. (1994) A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 14, n.4 (56), out-dez, pp. 62-75 Disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/56-5.pdf>
- HOLANDA, F.M. (2014) O desafio das concessões de serviços de utilidade pública: atualidade do pensamento de Rangel. In: HOLANDA, F.M., ALMADA, J. e PAULA, R.Z.A. (orgs)(2014) *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. 1ed.São Luis: Editora da Universidade Federal do Maranhão, pp. 153-161.
- KONDRATIEFF, N.D. (1935) The Long Waves in Economic Life. *The Review of Economic Statistics*, Vol. 17, No. 6. (Nov., 1935), pp. 105-115.
- MALTA, M.M. (2014a) A categoria dualidade básica como uma interpretação do Brasil. In: HOLANDA, F.M., ALMADA, J. e PAULA, R.Z.A. (orgs)(2014) *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. 1ed.São Luis: Editora da Universidade Federal do Maranhão, pp. 248-267
- MALTA, M.M. (2014b) Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil. *Nova Economia*, v. 24, n.1, jan-abr, pp. 17-32. Disponível em <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/download/2597/1396>.
- MAMIGONIAN, A. (1987) Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *Geosul* – n.3 , 1º sem 1987, pp. 63-71. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12622/11783>
- PAULA, R.Z.A e ALMADA, J. (2014) Notas de pesquisa para novos caminhos investigativos em Ignácio Rangel. In: HOLANDA, F.M., ALMADA, J. e PAULA, R.Z.A. (orgs)(2014) *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. 1ed.São Luis: Editora da Universidade Federal do Maranhão, pp. 333-339
- PEREIRA, A.P.C. e SILVEIRA, M.R. (2010) O processo de industrialização no Brasil: um retrospecto a partir da dinâmica da dualidade brasileira. *Ensaio FEE*, v. 31, n. 2, dezembro, pp. 321-344. Disponível em <http://revistas.fee.tcche.br/index.php/ensaios/article/view/2229/2866>
- RANGEL, I.M (1957) Dualidade básica da economia brasileira [*Textos Brasileiros de Economia*, ISEB, 1957]. In *Obras Reunidas*, v. 1, pp. 285-353. Disponível em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/11/Dualidade-B%C3%A1sica-da-Economia-Brasileira.pdf>
- RANGEL, I.M. (1962) A dinâmica da dualidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Universidade de Minas Gerais, v. II, n. 2, julho 1962. In *Obras Reunidas*, v. 2, pp. 552-566
- RANGEL, I.M. (1978) Dualidade e “escravismo colonial”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 3, setembro 1978. In: *Obras Reunidas*, v. 2, pp. 623-636
- RANGEL, I.M. (1979) O mesmo ciclo uma nova história. *Boletim IERJ*, pp. 6-7. Disponível em <http://www.interpretesdobrasil.org/index.php?pageId=adminGetFileContent&fieldName=content&docId=187>



- RANGEL, Ignácio (1980) A 4ª dualidade. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 3, n. 25, julho, pp. 11-21. In: *Obras Reunidas*, v. 2, pp. 645-655
- RANGEL, I.M. (1981a) A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v.1, n.4, pp. 5-34, outubro-dezembro. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/4-1.PDF>.
- RANGEL, I.M. (1981b) O Brasil na fase B do quarto Kondratiev. Comunicação à 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em Salvador, em junho de 1981. In: *Obras Reunidas* v. 2, pp. 259-287
- RANGEL, I.M. (1984) Dualidade e ciclo longo. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 1, janeiro-março, pp. 87-100. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/13-6.PDF>
- RANGEL, I.M. (1987) Desestatização e planejamento. *Folha de São Paulo*, 01 de novembro de 1987, p. a38. Disponível em <http://www.interpretesdobrasil.org/index.php?pageId=adminGetFileContent&fieldName=content&docId=140>
- RANGEL, I.M. (1988) A conceituação de empresa nacional. *Folha de São Paulo*, 23 de abril de 1988, p. a3. Disponível em <http://www.interpretesdobrasil.org/index.php?pageId=adminGetFileContent&fieldName=content&docId=89>
- RANGEL, I.M. (1989) Inflação brasileira – falso diagnóstico. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 16, n. 4, pp. 151-154. Disponível em <http://revistas.fee.tcche.br/index.php/indicadores/article/download/63/297>
- RANGEL, I.M. (1990) O quarto ciclo de Kondratiev. *Revista de Economia Política*, v.10, n. 4, outubro dezembro, pp. 30-43. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/40-2.PDF>
- RANGEL, I.M. (1992) A quarta dualidade. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 20, n. 1, maio, pp. 237-245. Disponível em <http://revistas.fee.tcche.br/index.php/indicadores/article/download/651/896>
- TOLMASQUIM, M.T. (1991) O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 4, pp. 27-38. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/44-2.PDF>